

Portal da CUT

Frente em defesa dos terceirizados cobra audiência no Supremo e CUT levará luta para campanhas salariais

16/08/2014

Encontro com STF é prioridade em pauta que entidades apresentaram ao final de seminário

Escrito por: Luiz Carvalho

Após dois dias de intensos diálogos entre sindicalistas, magistrados e acadêmicos, o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Terceirizados encerrou o seminário que promoveu em Brasília nessa sexta-feira (15) com um plano de lutas e a defesa de uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF).

O Fórum cobra que a maior corte do país avalie as pesquisas e reflexões que comprovam como a terceirização precariza, adoce e mata os trabalhadores, jogando contra os índices de competitividade e produtividade, conforme destaca o documento final do encontro.

A preocupação direcionada ao STF se deve ao fato de a instância estar prestes a decidir sobre repercussão geral referente a ação movida pela empresa Celulose Nipo Brasileira. A companhia foi condenada pela Justiça do Trabalho por terceirizar a atividade-fim, algo proibido no país. A definição do Supremo passará a referendar os demais julgamentos sobre o tema.

O Fórum também cobrará da presidenta Dilma Rousseff a aprovação da proposta consensuada entre as centrais e que se transformou no Projeto de Lei 1621/2007, do deputado federal Vicentinho (PT-SP), atualmente parado na Casa Civil.

O texto é baseado em cinco premissas: proibição da terceirização na atividade-fim, da intermediação da mão de obra e da subcontratação, além da responsabilidade solidária por parte da tomadora de serviços e da garantia de informação para os sindicatos em caso de terceirização

Central em ação

Secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, destacou que a Central tem atuado na frente jurídica, preparando-se para intervir no STF, e na segunda política, como quando entregou a Plataforma da Classe Trabalhadora à candidata à presidência, Dilma Rousseff, no dia 31 de julho. De acordo com a dirigente, a Central aproveitará o período eleitoral e de negociação com os patrões para levar a discussão às bases.

“Devemos retornar aos nossos estados e às nossas cidades para colocar no canto da parede nossos candidatos e fazer com que se comprometam com essas propostas que defendemos aqui. Implementar essas ações deve ser nossa prioridade absoluta e a CUT também dialogará com as categorias em campanha salarial para que levem essas lutas às bases por meio das campanhas salariais”, defendeu.

Ao também citar o PL defendido por Vicentinho, a economista do Dieese, Patrícia Pelatieri apontou que as centrais têm proposta e cobrou que sejam ouvidas pelo Supremo.

“No último registro do Ministério do Trabalho, as centrais representavam 33 milhões de trabalhadores. Não é possível numa democracia representantes de tantas pessoas serem desconsiderados num debate tão importante. Tudo leva a crer que teremos de negociar, denunciar e mobilizar ainda mais”, defendeu.

Patrícia desmentiu ainda a alegação de muitos empresários segundo a qual as condições dos terceirizados é pior porque estão em empresas menores e possuem menor escolaridade. Segundo ela, Mais de 50% atuam em companhias com mais de 100 empregados e 50,15% possuem ao menos o ensino médio completo.

Radiografia da precarização

Nas mesas desse segundo dia dirigentes sindicais, peritos e magistrados relataram e trouxeram dados para mostrar como a terceirização é sinônimo de retirada de direitos.

Pesquisador e auditor fiscal do trabalho, Vitor Filgueiras destacou dois pontos: o trabalho escravo e as mortes e acidentes.

Em relação ao primeiro ponto, nos quatro últimos anos, 90% dos 10 maiores resgates de trabalhadores submetidos a condições análogas às de escravos eram terceirizados.

Ele vai além. Para fugir da tentativa do setor patronal alegar que a pesquisa abrange apenas a “má” terceirização, Filgueiras avalia o resgate entre os formalizados, com carteira assinada. Nessa situação, os oito maiores casos com totalidade de trabalhadores formais tinha todos terceirizados em seus quadros.

O paralelo com os acidentes de trabalho é semelhante. No setor da construção, campeão em acidentes fatais, observa-se que na área de construção de edifícios, onde o percentual de mortos é duas vezes superior à média do mercado de trabalho 135 trabalhadores foram mortos em 2013, 75 deles terceirizados. Em obras de acabamento, com 2.32 vezes mais incidência de fatalidades, foram

20 trabalhadores mortos, sendo 18 terceirizados. E em obras de terraplanagem, que alcança patamar de 3,3 vezes mais chances de acidentes fatais em relação à média do mercado, das 19 mortes, 18 ocorreram entre terceirizados.

Bancários e petroleiros

Dirigentes do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro), Anselmo Ruoso, e da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), Miguel Pereira, constataram que a terceirização exerce um papel de epidemia em ambos os setores.

No sistema Petrobras, a proporção é de 360 mil terceirizados para 86 mil contratados diretos, admitidos, segundo, Ruoso, em 98% dos casos, com base em licitações que consideram apenas o menor preço. Trabalhadores, inclusive de setores estratégicos, como a manutenção.

Em outros casos, relata, funcionários do setor administrativo tiveram de pedir demissão da terceirizada anterior para que pudessem ingressar na prestadora de serviço que iria substituí-la na Petrobras, sob pena de perder o emprego.

No setor financeiro a situação não é diferente. Sindicatos de bancários são réus em casos de interditos proibitórios por lutarem em defesa de bancários terceirizados, sob alegação da empresa que não poderiam atuar pela categoria. E, nesse momento, sobrou uma crítica aos magistrados. "Se estamos entre representantes do Judiciário, é importante que discutamos isso para aparmos nossas arestas", apontou.

Além dos teleoperadores, que realizam o trabalho de bancários sem receberem os mesmos benefícios, há ainda os correspondentes bancários, mini agências montadas em estabelecimentos comerciais como padarias e mercados. Elas passaram de 36 mil, em 2003, para atuais 405 mil unidades.

Com essa terceirização do atendimento, cada vez mais os bancários são pressionados a atuarem como vendedores de produtos e a baterem metas muitas vezes inatingíveis. Fatores que aumentam o número de doenças psíquicas, relata Pereira. "No último ano, mais de 1.600 trabalhadores foram afastados do trabalho e agora a doença não é mais LER (lesão por esforço repetitivo), mas psicológica por conta da pressão", explica.

A situação fica ainda mais dramática se considerar que há participação essencial do Estado no processo, já que é o Banco Central quem emite resoluções sobre o funcionamento do sistema financeiro.

Falta de identidade

De acordo com pesquisa do Dieese de 2011, os terceirizados realizam uma jornada de trabalho semanal com três a horas a mais em relação aos contratados diretos e enfrentam uma rotatividade também superior (ficam 2,6 anos no mesmo emprego contra 5.8 anos dos contratados diretos).

Para a professora Adjunta de Direito do Trabalho na Universidade de Brasília, Gabriela Delgado, essa discriminação gera uma ausência de identidade do terceirizado. "Quem é esse trabalhador? É um metalúrgico? Um professor? Um químico? Não, é um terceirizado, que não consegue se identificar com uma categoria", explica.

Para o procurador do Trabalho, Cristiano Paixão, o foco deixa de ser a ascensão profissional e parte para a estabilidade do emprego. "A pergunta é se vai ter o trabalho na próxima semana, se vai receber as verbas rescisórias, se o patrão vai desaparecer. Ou se acontecerá, como vi aqui no DF, de a empresa mandá-lo para casa esperar novo contrato induzindo a pedir demissão."

A professora Maria da Graça Druck também abordou a questão da identidade e defendeu que o momento é de dar voz a uma categoria historicamente negligenciada. "Perguntamos se gostaria de ser terceirizados e disseram que não, porque sabem que isso é sinônimo de sofrimento, perda de direitos."

Ciclo de lucro

Ao tratar do adoecimento, a professora Margarida Barreto defendeu que o capitalismo faz a alienação do real com uma capacidade fantástica. Vende por exemplo, a ideia do trabalhador ideal como o mais competitivo, aquele sempre à disposição e apaixonado pelo trabalho. Porém, o que está por trás desse discurso do colaborador, ressalta, é alguém capturado pelo medo, pelos acidentes e pelo sofrimento psíquico.

"O fenômeno das doenças do trabalho não é mais o absenteísmo, mas sim o presenteísmo. As pessoas trabalham com atestado no bolso porque têm medo de perder o emprego", diz.

Nesse mecanismo, analisa o professor Ricardo Antunes, a informalidade deixa de ser exceção para virar regra e a precarização torna-se a principal consequência desse capitalismo dito flexível.

"A terceirização se torna o principal instrumento de lucro do capitalismo. Primeiro para quem terceiriza e, segundo, para quem contrata os escravos", critica.

Procurador do Trabalho, Helder Amorim, aborda o lado social da empresa, que deixa de existir com a terceirização total. A "empresa vazia", termo que emprega, se esquia da contratação

de deficientes porque não atinge o número de trabalhadores exigido. Se esquivar da contratação de jovens aprendizes pela mesma razão. E diminuir o patamar de remuneração dos funcionários, consequentemente, da contribuição social e do financiamento da Previdência. "É uma empresa sem sentido", define.

Para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Luiz Philipe Filho, um país baseado na dignidade e no respeito aos direitos humanos não pode abrir mão de impor regras a relações trabalhistas e, portanto, não pode entender a terceirização na atividade-fim como algo comum. "Não acreditamos que se possa construir um país a partir do rebaixamento profissional do ser humano", definiu.

Portal da CUT

Brasil precisa impedir avanço da terceirização para se tornar referência em respeito aos direitos trabalhistas

15/08/2014

Em seminário CUT ressalta unidade por defesa da legislação trabalhista

Escrito por: Luiz Carvalho

O auditório do Ministério Público Federal, em Brasília, tomado por mais de 500 pessoas nesta quinta-feira (14), deixou clara a importância da luta contra a terceirização sem limites para a agenda de diversos setores da sociedade brasileira.

Até esta sexta, representantes do movimento sindical, Academia, Poder Judiciário, setor público e sociedade civil promovem o seminário "A terceirização no Brasil: Impactos, resistências e luta" para discutir mecanismos de defesa das condições dignas de trabalho.

A amplitude da plateia se refletiu também na mesa de abertura com 15 convidados, que representavam a grande unidade do Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, organização criada após um ato político convocado em 2011 pela CUT.

Secretária de Relações do Trabalho da Central, Maria das Graças Costa, destacou que no momento em que os movimentos sindical e social lutam para que o Senado regulamente o que é trabalho escravo e pontos ainda pendentes na PEC das Domésticas, não é possível pensar em retrocessos na legislação trabalhista. Diante disso, é preciso estar atento a quem são os aliados e os inimigos da classe trabalhadora.

"Estamos fazendo esse seminário em momento eleitoral e temos que eleger homens e mulheres com condição de nos representar no Congresso Nacional. Não adianta nos juntarmos aqui, se quem está lá não nos representar. Somos exemplo hoje de enfrentamento ao capitalismo e não aceitaremos andar para trás", afirmou.

A cada intervenção, a certeza era de que a terceirização não tem outra finalidade a não ser promover o lucro para os empresários por meio da retirada de direitos, do achatamento de salários e da diminuição da capacidade de representação dos sindicatos. Além de andar lado a lado com os mais altos índices de rotatividade, acidentes fatais no local de trabalho e, portanto, com a exploração da mão de obra.

"O trabalho escravo e a terceirização estão intimamente ligados", apontou o coordenador da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, José Armando Guerra.

Atenção ao Supremo

Após o Projeto de Lei 4330/2004 - que permitia terceirizar sem limites e atacava direitos trabalhistas - ser engavetado no Congresso Nacional por conta da mobilização da classe trabalhadora, os empresários recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar uma ação civil pública da Celulose Nipo Brasileira (Cenibra).

A empresa questiona a decisão do TRT-MG e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de condená-la por terceirizar a atividade-fim e impedi-la de manter essa prática. Mesmo com a decisão do Judiciário trabalhista, o STF aceitou que o caso fosse julgado como uma Ação de Repercussão Geral.

Isso significa que não é mais a questão específica da empresa que está em pauta, mas sim se a terceirização da atividade-fim deve ser permitida no país. E, assim, a decisão passará a referendar os demais julgamentos no país.

Para Alexandre Caso, da Intersindical, a Corte Suprema não pode ignorar o conhecimento acumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos dossiês apresentados pela classe trabalhadora, que escancaram as condições desiguais entre terceirizados e contratados diretos.

Vice-presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Fernando Silva, acredita que a mudança na interpretação do tema pelo STF, que não considerava a questão constitucional, favorece apenas o empregador. "Não é preciso outro instrumento legal para regular

essa questão, já temos a constatação diariamente de que é um sinônimo de direitos prejudicados e diminuídos”, disse.

A discussão no Supremo e a possibilidade de mudar as regras colocam em xeque, inclusive, a atuação de setores do Judiciário que fiscalizam fraudes e cobram ações para combatê-las, como o Ministério Público, defendeu o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Mauro Menezes.

Governo, tribunal e academia

Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Manoel Messias, destacou que a aprovação do PL 4330 não ocorreu porque os empresários insistiram no ataque aos direitos trabalhistas. Indiretamente, ele também criticou que a questão seja resolvida no Judiciário e não na mesa de negociação, como vinha sendo discutido o projeto.

“A negociação é o caminho para podermos avançar, colocando o capital e o trabalho para negociar limites que permitam direitos efetivos. Até agora não houve consenso porque os empresários queriam retirar limites (para a terceirização), recusando direitos de trabalhadores se manterem unidos em representação sindical única e não fragmentada diante do empregador. O mecanismo que precisamos avançar é esse, estabelecer regras, e não permitir que terceirização vá para o núcleo da atividade considerada fim”, defendeu.

Representantes da Academia e do Tribunal Superior do Trabalho, o professor José Dari Krein e o ministro José Roberto Pimenta apontaram a necessidade de ter lado nessa discussão.

O primeiro justifica que as pesquisas mostram efeitos perversos da terceirização para a construção de uma sociedade que deseja ser minimamente civilizada. E o segundo ressaltou a obrigação de defender justamente a legislação.

“Antes de dizerem que, como magistrados não deveríamos nos manifestar antecipadamente, quero lembrar que quando ingressamos na magistratura, juramos cumprir a legislação brasileira e é esse o papel que cumprimos ao controlar um fenômeno tão perigoso quanto a terceirização.”

Trabalhadores na mira

Ao final, talvez não exista melhor definição de terceirização do que a do professor Luiz Gonzaga Belluzzo, que encerrou o primeiro dia com uma palestra sobre a precarização e os desafios do mundo do trabalho para superá-la

Para ele, que criticou o enorme número de sindicatos no Brasil, - “cerca de 20 mil, contra 13 na Alemanha, comparou” – assim funciona o capitalismo: “vamos ganhar competitividade e flexibilizar o mercado de trabalho. Sabe o que isso significa? Descer porrada em cima de vocês.”

Portal da CUT

Coletivo destaca formação como modo de fortalecer a luta dos trabalhadores com deficiência

15/08/2014

Pesquisa do Dieese sobre dirigentes sindicais é base de discussão do Coletivo Nacional de Trabalhadores/as com Deficiência da CUT

Escrito por: Henri Chevalier

A Coordenação do Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT destacou, nesta sexta-feira (15), em São Paulo, a formação como principal eixo de atuação para sensibilizar dirigentes e trabalhadores para a importância de fortalecer a luta das pessoas com deficiência.

“Muitos acham que as barreiras para a participação do trabalhador com deficiência, seja na vida sindical, seja na sociedade, é física. Mas não é apenas isso: são nas atitudes, nas exclusões simbólicas. Por exemplo, uma barreira que precisamos romper é a de comunicação”, afirmou o secretário de Políticas Sociais da CUT Nacional, Expedito Solaney. Para ele, é preciso construir a cultura de assembleias, plenárias e reuniões com o uso da linguagem em libras e documentos em braile.

“E para uma mudança de cultura, para a compreensão da importância do tema, a formação é fundamental”.

Para os sindicalistas, o fortalecimento da luta contra o preconceito passa obrigatoriamente pelo conhecimento de conceitos, termos e realidades específicas. Solaney lembra que conceitos como acessibilidade e política pública são reduzidos por quem não compreende amplamente os conceitos, como a implementação de rampas e a Lei de Cotas. A formação preencheria essa lacuna de desconhecimento, mas, segundo o dirigente, ela precisa ser ainda mais ampla.

“A formação necessária é mais ampla, de Educação em Direitos Humanos. Estamos em diálogo com a Secretaria de Formação da CUT sobre uma proposta de formação que englobe a questão dos direitos humanos, incluindo as pessoas com deficiência, questão de memória e verdade,

convenções da OIT, da ONU. Estudar temas transversais a todas as lutas é necessário", afirmou o secretário.

A coordenadora do Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT, Análdes Campos Sena, concorda que a implementação efetiva de políticas de inclusão para trabalhadores com deficiência passa por uma capacitação de sindicalistas e outros trabalhadores sobre temas, conceitos, termos e legislações específicas da área. "Nos atentamos para a questão da formação por perceber que, mesmo no movimento sindical, a compreensão de política para os trabalhadores com deficiência como uma coisa mais abrangente não é forte. Ainda não há compreensão, por exemplo, sobre a Lei 142/13, que teve muitas interpretações equivocadas, em especial, da área jurídica". A Lei dispõe sobre a aposentadoria especial para trabalhadores com deficiência.

O coordenador adjunto do Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT, Valter Luiz, ressaltou a necessidade de cumprir a Lei 8291/91, que dispõe sobre as cotas, e a compreensão da importância da formação para a consolidação dos coletivos e grupos de trabalho. "Nós precisamos de pessoas preparadas para construir coletivos que sejam efetivos no combate ao preconceito e na inclusão dos trabalhadores".

Pesquisa do Dieese

Os trabalhadores debateram na reunião a pesquisa do Dieese apresentada na 14ª Plenária Nacional da CUT, sobre o perfil dos dirigentes da Central. Segundo ela, 95% dos dirigentes da CUT se declaram sem deficiência e 5% com deficiência. Apenas 2,9% dos entrevistados dizem que há cotas para pessoas com deficiência na direção das suas entidades de bases e, quanto às dificuldades de implementação de ações, 34,7% diz que é por falta de interesse da entidade; 28,5% diz que os trabalhadores não são representativos na categoria e 11,5% diz que os trabalhadores com deficiência não tinham interesse em participar de sindicato. A dificuldade de acessibilidade foi apontada por 7,4%.

A principal ação em relação aos trabalhadores com deficiência, segundo 59,2% dos entrevistados, é a fiscalização do cumprimento das cotas legais. Cerca de 6% dizem que há incentivo à participação de trabalhadores na direção. Para Solaney, "é muito importante a iniciativa de cumprir as cotas, são elas que garantem a entrada de trabalhadores no mercado de trabalho e, em consequência, para o debate".

Análdes confirma a importância da pesquisa para o movimento. "Toda construção inicia com números e essa pesquisa do Dieese vai fortalecer toda a pauta que trazemos". Para a coordenadora, é preciso ressaltar que, quando muitos falam sobre a pauta de inclusão dentro dos sindicatos, em negociações coletivas, por exemplo, não é para o trabalhador com deficiência, mas para os filhos com deficiência. "Precisamos fazer duas pesquisas sobre o tema: um qualitativo e um quantitativo.

Precisamos saber o que as entidades estão fazendo, onde estão fazendo e os impactos disso", afirma.

Para o assessor do Coletivo Nacional de Trabalhadores, Luiz Soares da Cruz, o Lulinha, a "pesquisa é importante para direcionar as ações de coletivos e secretarias e os dados de empenho são muito indicativos". Os dados de empenho a que Lulinha se refere é a avaliação que dirigentes de base e da CUT fazem do empenho da entidade em relação à implementação de políticas para o setor. Segundo o Dieese, o grau médio de empenho das entidades de base é 4,9 e da CUT de 5,9, em uma escala de 0 a 10.

Portal da CUT

Em documento entregue à presidenta Dilma, trabalhadores/as com deficiência da CUT reivindicam aperfeiçoamento das políticas públicas

16/08/2014

Trabalhadores reconhecem avanços instituídos pelo governo, mas ressaltam que ainda há muito por se fazer

Escrito por: William Pedreira

Durante a 14ª Plenária Nacional da CUT, a Secretaria de Políticas Sociais e o Coletivo Nacional dos Trabalhadores/as com Deficiência da Central entregaram um documento à presidenta Dilma Rousseff.

Nele, expressam o entendimento de que o governo oportunizou consideráveis avanços nas políticas voltadas às pessoas com deficiência, na educação, saúde e, particularmente, com a instituição da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e com o desenvolvimento do programa Viver Sem Limites, mas ressaltam que ainda há muito por se fazer, como ampliar a participação dos trabalhadores no processo de construção das políticas públicas.

O documento com as reivindicações ressalta a necessidade de garantir que empregadores cumpram a lei de cotas (Lei 8291/91) e cita os graves problemas relacionados aos diversos casos de acidentes de trabalho que geram pessoas com deficiência e são utilizados para 'cumprir' as cotas.

Os trabalhadores avaliam de fundamental importância a continuidade e finalização do Instrumento de Classificação do Grau de Funcionalidade para Cidadãos Brasileiros (IFBr) que permite tanto os governos, nos três níveis, como a sociedade civil organizada, desenvolvam ações e políticas de forma consistente baseados na realidade concreta dos brasileiros e brasileiras com deficiência.

Por fim, reivindicam a participação no processo de avaliação deste primeiro ano de vigência da Lei complementar 142/13 - aposentadoria especial dos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência -.

E a partir deste último ponto, o Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT vai propor ao senador Paulo Paim (PT-RS) a realização de uma sessão conjunta entre as Comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara no dia 22 de setembro em alusão ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, onde o principal objeto de debate será a aplicação da lei complementar 142.

Portal da CUT

CNTE promove primeiro encontro de jovens educadores

15/08/2014

Atividade na próxima semana vai discutir o papel da juventude na militância sindical e na educação brasileira

Escrito por: CNTE

Nos dias 22 a 24 de agosto, a CNTE vai reunir em Brasília representantes jovens das 48 entidades filiadas para discutir o papel da juventude na militância sindical e na educação brasileira.

A proposta é trazer cerca de 50 educadores de até 35 anos, de todo o Brasil, para tratar da criação de novos Coletivos da Juventude, espaço que permite o debate sobre políticas específicas para essa parcela da categoria. No encontro, haverá exposição e troca de experiências com entidades que já têm coletivos organizados sobre o tema, como é o caso de SP, PE, PR e MT.

O 1º Encontro Nacional da Juventude da CNTE foi definido durante o 32º Congresso Nacional da CNTE, em janeiro, que contou com a participação de mais de 100 jovens profissionais da educação.

Marta Vanelli, secretária geral da CNTE, explica que a entidade tem um Coletivo da Juventude há 3 anos, que se reúne periodicamente, mas com muita dificuldade - o que também ocorre nas entidades: "O encontro nacional vai debater a política de organização dos profissionais de educação jovens dentro dos sindicatos. Faremos um esforço para trazer um profissional da educação de cada entidade filiada e, durante 2 dias, vamos sensibilizar os profissionais para organizar esse segmento dentro do seu sindicato. Queremos atrair esses jovens para a militância, para a direção do sindicato, não apenas para a profissão", ressalta a secretária.

A proposta, segundo Vanelli, é que sejam tratados vários pontos, inclusive a questão da comunicação com esses jovens, para que ele retornem para as entidades motivados: "É preciso que eles comecem o trabalho de organização do coletivo local, pois nós entendemos que a política setorializada, com um coletivo organizado, é muito melhor desenvolvida e muito mais qualificada".

Portal da CUT

Metalúrgicos realizam encontro de redes em São Bernardo do Campo

15/08/2014

Evento teve participação de representantes de quatro multinacionais e duas centrais em oito Estados

Escrito por: Instituto Observatório Social

Encerrou nesta quinta-feira, 14, o encontro de redes metalúrgicas em São Bernardo do Campo (SP). A atividade, que iniciou na terça-feira, 12, foi realizada na sede da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) e contou com a participação de representantes das empresas Manesmann/Valourec, Leoni, Stihl e ThyssenKrupp ligados à CUT e à Força Sindical em oito Estados brasileiros.

O encontro faz parte do projeto Promoção dos Direitos Trabalhistas na América Latina, apoiado pelo centro de formação DGB BW e gerido pela CUT, CNM/CUT, CNQ/CUT e Instituto Observatório Social. Desta atividade, participam também trabalhadores e dirigentes ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, da Força Sindical. O objetivo é trocar experiências sobre a atuação sindical e fortalecer a ação nas redes de trabalhadores.

Participaram da mesa de abertura o presidente da CNM/CUT, Paulo Cayres, o secretário de Organização da CNM/CUT, Ubirajara de Freitas, o secretário geral da CNTM, Valcir Ascari, o coordenador de programas de Responsabilidade Social do Instituto Observatório Social, Hélio da Costa, e a coordenadora de projetos da DGB BW na América Latina, Flávia Silva.

Para o presidente da CNM/CUT, é necessário o envolvimento dos sindicatos para o fortalecimento da rede e das ações dos trabalhadores. "O encontro é um espaço de transformação, porque as redes fortalecem as conquistas", ressaltou. "As redes promovem educação e formação, e, ao fazermos essa preparação, não podemos nos limitar a esse espaço. A missão das redes é transmitir saber", completou.

Segundo o representante da CNTM, realizar um encontro com sindicalistas de duas centrais é um avanço que beneficia os trabalhadores. "Em eventos como esse, passamos por cima de questões ideológicas em benefício dos interesses comuns dos trabalhadores", disse Ascari.

A presença de duas centrais em redes de trabalhadores foi vista como uma conquista, mas também como um desafio permanente para a representante da DGB BW. Flávia também ressaltou que "a política de redes pode ajudar a fazer sindicalismo melhor." "A rede pode ajudar muito desde a organização do local de trabalho até a construção de contratos coletivos de trabalho, que hoje são dois grandes desafios para os sindicatos", reforçou.

Troca de informações

Durante o encontro, os trabalhadores discutiram temas importantes para o funcionamento e o fortalecimento das redes, como diálogo social, normas e instrumentos internacionais sobre o trabalho, normas da OIT e diretrizes da OCDE. Também receberam uma breve formação sobre tecnologias da informação e da comunicação e sobre como utilizar ferramentas disponíveis na internet para facilitar a interação e a movimentação da rede.

O encontro também contou com um debate específico sobre a atuação e o futuro das redes participantes. Na rede da ThyssenKrupp, foram debatidos problemas de informação e de comunicação entre as diferentes plantas, as normas e diretrizes diferentes para cada local de trabalho, a falta de retorno da empresa sobre demandas constantes dos trabalhadores e os desafios para a continuidade da rede a partir de novembro, quando o projeto atual mudará a forma de atuação.

As demais redes, todas com apenas uma planta em cada empresa, debateram pontos fundamentais para o fortalecimento e a continuidade das atividades. Foram apontados como necessários maior apoio do sindicato, comprometimento dos participantes da rede e melhoria na comunicação com os trabalhadores dentro da empresa. Também foram levantados alguns desafios, como o reconhecimento das redes por parte das empresas, a construção de redes fortes e sólidas e a necessidade dessas redes continuarem de forma mais autônoma.

Participam do encontro 40 trabalhadores e dirigentes, representando trabalhadores das multinacionais nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso e São Paulo, além do Distrito Federal.

Portal da CTB

Operários ocupam fábrica em Sumaré no interior de São Paulo há 11 anos

Começa na sexta-feira (29) e vai até o domingo (31) o 5º Festival Flaskô Fábrica de Cultura 11 anos de Controle Operário em Sumaré, interior de São Paulo. Com muitas atrações de teatro, música, cinema e debates. "A ideia do festival nasceu em 2010 para coroar a utilização que fazemos do galpão que estava ocioso para criar uma fábrica de cultura e esporte", explica Rafael Gironi, um dos coordenadores do projeto.

Ele sintetiza a história do festival ao contar como o projeto da "fábrica ocupada" começou. "No processo de falência da Cipla/Interfibra/Flaskô, aqui em Sumaré (SP), os trabalhadores assumiram a gestão da fábrica com muitas dificuldades para superarem as dívidas que os patrões deixaram, mas estamos tocando a fábrica desde então", revela.

Segundo Gironi, além dos operários, os moradores de Sumaré e das cidades vizinhas participa do nosso trabalho. "O festival é a celebração do acúmulo de experiência nesses anos todos de ocupação", reforça o coordenador do Flaskô. "E como temos o objetivo de manter uma autonomia financeira em relação à administração da fábrica, necessitamos de doações para manter viva a chama do projeto e do festival de cultura", defende. "Precisamos garantir a infraestrutura do evento e bancar o transporte e a estadia dos participantes", garante.

Contribua pelo Bradesco na conta de Fernando Gomes Martins, CPF: 283.841.848-36, Agência: 1969, conta corrente número 27629-4.

De sexta (22) a domingo (24), acontece um pré-festival para esquentar as baterias. A região toda está animada com esta edição do festival que "a cada ano cresce em número de artistas e de público", garante Gironi.

“Entendemos a arte como instrumento de reflexão e crítica, uma arte que contribua para a formação de sujeitos, e que estes sujeitos se reconheçam protagonistas diante da história. Precisamos compreender o passado, falar do presente e criar possibilidades futuras, construindo nossas próprias memórias e nos articulando socialmente. É através da arte que podemos manifestar nossos ideais e ideias. É através da convivência, de conversas casuais, de compartilharmos os espaços que podemos construir mudanças”, diz texto de apresentação do festival.

Marcos Aurélio Ruy - Portal CTB

Organizado por Ernesto Germano